



Tribunal de Contas  
Mato Grosso



# Relatório de Tomada de Contas Ordinária

7 DE ABRIL/2022

Barão de Melgaço/MT





## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2. PRELIMINARMENTE .....</b>	<b>3</b>
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....</b>	<b>4</b>
<b>4. ACHADO DE AUDITORIA .....</b>	<b>5</b>
<b>4.1. Pagamento de Juros de Mora .....</b>	<b>5</b>
<b>4.1.1. Situação encontrada .....</b>	<b>5</b>
<b>4.1.2. Classificação da irregularidade constatada .....</b>	<b>6</b>
<b>4.1.3. Objeto .....</b>	<b>6</b>
<b>4.1.4. Critérios .....</b>	<b>7</b>
<b>4.1.5. Evidências .....</b>	<b>7</b>
<b>4.1.6. Causas .....</b>	<b>7</b>
<b>4.1.7. Efeitos .....</b>	<b>7</b>
<b>4.1.8. Responsabilização .....</b>	<b>7</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>9</b>

## FIGURAS

<b><i>Figura 1 - Cálculo dos juros sobre o valor da contribuição previdenciária patronal da competência de 12/2019.....</i></b>	<b>5</b>
<b><i>Figura 2 - Cálculo dos juros sobre o valor da contribuição previdenciária dos segurados da competência de 12/2019 .....</i></b>	<b>6</b>





## **TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA**

**PROCESSO Nº : 561282/2021**

**PRINCIPAL : PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO/MT**

**ASSUNTO : TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA (Parecer Prévio nº 107/2021)**

**ÓRGÃO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**GESTOR : ELVIO DE SOUZA QUEIROZ**

**RELATOR : CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF**

**AUDITOR (A) : KELLY SALES FERREIRA**

**OS Nº 1285/2022**

### **1. INTRODUÇÃO**

Trata-se de Tomada de Contas Ordinária, autuada em cumprimento ao Parecer Prévio Favorável nº 107/2021 – TP, o qual julgou as Contas Anuais de Governo do Município de Barão de Melgaço/MT, a ser instruída por esta Secex, com a finalidade de identificar os possíveis responsáveis e apurar o montante dos encargos moratórios incidentes sobre os valores das contribuições previdenciárias recolhidos em atraso.

### **2. PRELIMINARMENTE**

Antes da elaboração da Tomada de Contas Ordinária, será efetuada uma retrospectiva dos achados de auditoria elencados no Processo nº 117412/2020, apenso ao Processo original nº 8.875-7/2019 – Contas Anuais de Governo, do exercício de 2019, conforme será visto a seguir.

No Relatório Técnico Preliminar<sup>1</sup> foram detectadas as seguintes irregularidades, concernentes às contribuições previdenciárias e acordos de parcelamento, do exercício de 2019, do Município de Barão de Melgaço/MT, a saber:

---

<sup>1</sup> Processo nº 8.875-7/2019 - Documento digital nº 193504/2020.





**1. DA 05. Gestão Fiscal/Financeira\_gravíssima\_05.** Não recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

1.1. Ausência de repasse da contribuição previdenciária patronal, no valor de R\$ 110.599,15, referente ao período de dezembro, devida pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social.

**2. DA 07. Gestão Fiscal/Financeira\_Gravíssima\_07.** Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).

2.1. Ausência de repasse da contribuição previdenciária dos servidores, no valor de R\$ 50.966,31, referente ao período de dezembro/2019, devida pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social.

Ato contínuo, o Relatório Técnico de Defesa<sup>2</sup> concluiu pela manutenção das irregularidades DA 05 e DA 07.

Prosseguindo os trâmites legais, o Tribunal Pleno emitiu Parecer Prévio Favorável<sup>3</sup> à aprovação das contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço/MT, exercício de 2019, com determinação para a instauração de Tomada de Contas Ordinária, nos seguintes termos: *“**determina** a instauração de processo de Tomada de Contas Ordinária, a ser conduzida pela Secex-Previdência, com a finalidade de quantificar o montante advindo de consectários moratórios gerados em razão de atrasos nos pagamentos das contribuições previdenciárias, vencidas no exercício 2019, bem como seus possíveis responsáveis;”*.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

No que diz respeito à obrigatoriedade de instauração da Tomada de Contas, a Resolução Normativa nº 09/2018 do Tribunal de Contas/MT, assim dispõe:

**Resolução Normativa nº 09/2018 (altera a Resolução Normativa nº 14/2007)**

**Art. 5º** Alterar os incisos III e VII do art. 89 da Resolução Normativa nº 14/2007, que passam a ter a seguinte redação:

**“Art. 89.** O Conselheiro relator será juiz do feito que lhe for distribuído, competindo-lhe:

III. Decidir sobre a instauração de Tomada de Contas em quaisquer de suas modalidades e sobre a conversão de processos de fiscalização em Tomada de

<sup>2</sup> Processo nº 8.875-7/2019 - Documento digital nº 618198/2021.

<sup>3</sup> Processo nº 8.875-7/2019 - Documento digital nº 155746/2021.





Contas.” (Grifado)

**Art. 17.** Alterar o artigo 149 e incluir o artigo 149-A da Resolução Normativa nº 14/2007, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 149-A. Se no curso de qualquer fiscalização forem constatados fatos ou atos que causem danos ao erário ou que apresentem irregularidades insanáveis que possam configurar atos de improbidade administrativa, a equipe de instrução ou o secretário de controle externo deverá propor ao relator que seja determinada a instauração ou conversão do processo em tomada de contas.”**  
(Grifado).

## 4. ACHADO DE AUDITORIA

### 4.1. Pagamento de Juros de Mora

#### 4.1.1. Situação encontrada

O atraso nos pagamentos/repasses das contribuições previdenciárias ao RPPS de Barão de Melgaço, por parte do Executivo Municipal, resultou na ocorrência de juros/multas, que devem ser ressarcidos pelo agente que lhe deu causa.

A respeito desse assunto, o artigo 48 da Lei Municipal nº 284/2006, assim estabelece:

**Art. 48.** O não-recolhimento das contribuições a que se referem os incisos I, II e III do artigo 44 desta Lei, no prazo estabelecido no inciso II do artigo anterior, ensejará o pagamento de **juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, não cumulativo.** (Grifado)

No caso em tela, com base no dispositivo acima, realizou-se o cálculo dos juros moratórios provenientes dos atrasos nos recolhimentos das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, relativo à competência de dez/2019, cujos valores foram evidenciados na **Tabela 1** a seguir:

*Figura 1 - Cálculo dos juros sobre o valor da contribuição previdenciária patronal da competência de 12/2019*

MÊS	TIPO	VALOR PAGO	DATA VENC.	DATA PGTO	DIAS EM ATRASO	TAXA DE JUROS PROPORCIONAL*	JUROS
		A			B	$C = [(1/30) \times B] / 100$	$D = C \times A$
dez/19	Patronal	R\$ 110.599,15	30/01/2020	07/04/2022	798	26,6%	R\$ 29.419,37
TOTAL		R\$ 110.599,15					R\$ 29.419,37

\* Considerou-se o mês com 30 dias para o cálculo da taxa proporcional.

**Fonte:** Informações enviadas em resposta ao Ofício nº 53/2020/Secex Previdência / Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias / Radar Previdência (<https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/receitadesp.html>).







Figura 2 - Cálculo dos juros sobre o valor da contribuição previdenciária dos segurados da competência de 12/2019

MÊS	TIPO	VALOR PAGO	DATA VENC.	DATA PGTO	DIAS EM ATRASO	TAXA DE JUROS PROPORCIONAL*	JUROS
		A			B	$C = [(1/30)]$	$D = C \times A$
dez/19	Patronal	R\$ 50.966,31	30/01/2020	07/04/2022	798	26,6%	R\$ 13.557,04
TOTAL		R\$ 50.966,31					R\$ 13.557,04

\* Considerou-se o mês com 30 dias para o cálculo da taxa proporcional.

**Fonte:** Informações enviadas em resposta ao Ofício nº 53/2020/Secex Previdência / Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias / Radar Previdência (<https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/receitadesp.html>).

Assim, nos termos do artigo 48 da Lei Municipal nº 287/2006, verifica-se que o valor total dos juros decorrentes do atraso no recolhimento das contribuições previdenciárias patronais e segurados foram da ordem, respectivamente, de **R\$ 29.419,37** e **R\$ 13.557,04**, cujo valor deve ser pago pelo responsável que deu causa aos atrasos nos recolhimentos das contribuições do mês de dezembro de 2019.

Com efeito, as despesas pagas a título de juros/multas devem ser ressarcidas pelo Sr. **Elvio de Souza Queiroz**, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço/MT, em consonância com a Súmula nº 001 – TCE/MT: “O pagamento de juros e/ou multas sobre obrigações legais e contratuais pela Administração Pública deve ser ressarcido pelo agente que lhe deu causa.”

#### 4.1.2. Classificação da irregularidade constatada

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
<b>JB 01</b>	<b>JB01 DESPESAS_GRAVE_01.</b> Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar 101/2000; art. 4º da Lei 4.320/1964).
<b>Descrição dos fatos constatados</b>	Ausência de recolhimento, dentro do prazo legal, das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, referentes à competência de dezembro de 2019, acarretando a cobrança de despesas com juros de mora, em afronta a Lei Municipal nº 284/2006, a CF/1988, a Lei nº 8.429/1992 e a Lei 9.717/1998.

#### 4.1.3. Objeto

Despesas irregulares provenientes dos pagamentos/repasses intempestivos das contribuições previdenciárias patronais dos segurados, relacionadas à competência de 2019.





#### 4.1.4. Critérios

Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei nº 4.320/1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro; artigo 48 da Lei Municipal nº 284/2006; Súmula 01 – TCE/MT.

#### 4.1.5. Evidências

Informações enviadas em resposta ao Ofício nº 53/2020/Secex Previdência / Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias / Radar Previdência (<https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/receitadesp.html>).

#### 4.1.6. Causas

Ausência de comprometimento com a responsabilidade administrativa e fiscal quanto ao recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal, bem como desvio de finalidade de valores consignados dos servidores públicos municipais.

#### 4.1.7. Efeitos

Prejuízo à capitalização dos recursos do RPPS de Barão de Melgaço, os quais deixam de ser aplicados, bem como, prejuízo ao Executivo Municipal que arca com o pagamento indevido de juros/multas, afetando a execução orçamentaria de atividades previstas em sua Lei Orçamentária Anual.

#### 4.1.8. Responsabilização

No que concerne à apuração da responsabilização pelos encargos, este Tribunal de Contas já tem decisão acerca dos pagamentos das obrigações em atraso, por meio da Resolução de Consulta nº 69/2011-TCE/MT e Súmula 01<sup>4</sup>, em que considera que os pagamentos de juros e multas são despesas impróprias, devendo o prejuízo ser suportado pelo gestor que deu causa, uma vez que tais despesas decorrem de condutas falhas na administração e não devem ser custeados com recursos públicos.

---

<sup>4</sup> SÚMULA Nº 001 - TCE/MT

O pagamento de juros e/ou multas sobre obrigações legais e contratuais pela Administração Pública deve ser ressarcido pelo agente que lhe deu causa.





Nesse sentido, vale destacar o voto do Conselheiro Interino, João Batista de Camargo Júnior, no processo nº 12.789-2/2017 de Nova Nazaré/MT, quanto ao pagamento de juros e multas pelo responsável:

**d) pela condenação da Sra. Railda de Fátima Alves Carvalho ao ressarcimento, com recursos próprios, dos valores atualizados referentes aos juros e multas de mora pelo atraso no pagamento das obrigações previdenciárias patronais e de segurados, referente ao período de julho a dezembro/2016, ao erário do PREVI-NAZARÉ,** encaminhando o devido comprovante de pagamento a este Tribunal de Contas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação a ser realizada pelo gestor do RPPS, conforme o item “c” deste dispositivo de voto, com fundamento no artigo 195, do RI-TCE/MT; (Grifado)

Registra-se que o Chefe do Poder Executivo deve cumprir os prazos de pagamentos de todas as obrigações da Prefeitura e, no caso em tela, por tratar-se de despesa que representa prejuízo ao erário, proveniente de atraso nos recolhimentos das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, o ônus dos encargos, como multas, juros e atualizações devem ser suportados com recursos próprios por quem deu causa, tendo em vista que tais obrigações não deverão ser pagas com recursos públicos, por serem consideradas irregulares e ilegítimas, afastando-se da finalidade do órgão público.

Considerando todo o exposto, conclui-se que o Prefeito do Município de Barão de Melgaço/MT, Sr. **Elvio de Souza Queiroz**, não realizou dentro do prazo legal o recolhimento das contribuições patronais dos segurados, referentes à competência de dezembro de 2019, sendo imputado **encargos moratórios**, respectivamente, nos montantes de **R\$ 29.419,37** e **R\$ 13.557,04**, contrariando o caput do artigo 40 e inciso I do artigo 195 da CF/1988, caput do artigo 10, e incisos I e II do artigo 11, ambos da Lei nº 8.429/1992 e artigo 48 da Lei Municipal nº **287/2006**, incorrendo na irregularidade JB 01, a qual será dada oportunidade de manifestação ao responsável, conforme demonstrado abaixo:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
<b>JB 01</b>	<b>JB01 DESPESAS_GRAVE_01.</b> Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar 101/2000; art. 4º da Lei 4.320/1964).
<b>Descrição dos fatos constatados</b>	Ausência de recolhimento, dentro do prazo legal, das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, referentes à competência de dezembro de 2019, acarretando a cobrança de despesas com juros de mora, em afronta a Lei Municipal nº 284/2006, a CF/1988, a Lei nº 8.429/1992 e a Lei 9.717/1998.







**Nome do Responsável:** **Elvio de Souza Queiroz** - Prefeito Municipal de Barão de Melgaço/MT (Período: 01/01/2019 a 31/12/2019)

### **Conduta**

Realizar despesas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas, devido ao não recolhimento, dentro do prazo legal, das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, na competência de dezembro de 2019, o que acarretou a cobrança de encargos moratórios previstos no artigo 48 da Lei Municipal nº 287/2006, em afronta à CF/1988, à Lei nº 8.429/1992 e à Lei nº 9.717/1998.

### **Nexo de Causalidade**

A ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias patronais dos segurados, dentro do prazo legal, resultou no pagamento de despesas ilegítimas no montante de **R\$ 42.976,41**, produzindo impactos no pagamento dos benefícios previdenciários e na política de investimento do RPPS, visto que os recursos não repassados ou repassados em atraso deixam de ser capitalizados pelo fundo previdenciário.

### **Culpabilidade**

É razoável exigir do Prefeito Municipal, à época, que suporte o pagamento dos encargos moratórios, visto ter sido ele quem deu causa ao não recolhimento dentro do prazo legal das contribuições previdenciárias patronais.

## **5. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, comprovou-se que o Sr. **Elvio de Souza Queiroz**, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço/MT, realizou despesas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas, devido ao não recolhimento, dentro do prazo legal, das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, na competência de dezembro de 2019, o que acarretou a cobrança de encargos moratórios, previstos no artigo 48 da Lei Municipal nº 287/2006, em afronta à CF/1988, à Lei nº 8.429/1992 e à Lei nº 9.717/1998.

Assim, sugere-se:





**5.1. Ao Prefeito de Barão de Melgaço/MT (Período: 12/2019) – Sr. Elvio de Souza Queiroz:**

**a)** Imputação da **irregularidade JB 01**, resultante do recolhimento intempestivo das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, na competência de dezembro de 2019, incorrendo na despesa com cobrança de **encargos moratórios** no montante de **R\$ 42.976,41**;

**b) Citação** com base no §1º do art. 256, combinado com o §1º do art. 227 do Regimento Interno do TCE/MT e, em homenagem ao princípio do contraditório e da ampla defesa assegurado pelo inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal/1988, a fim de que se manifeste quanto ao apontamento elencado a seguir, sob pena de revelia e/ou confissão:

Classificação de Irregularidades de acordo com a Resolução Normativa nº 17/2010	
<b>JB 01</b>	<b>JB01 DESPESAS_GRAVE_01.</b> Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar 101/2000; art. 4º da Lei 4.320/1964).
<b>Descrição dos fatos constatados</b>	Ausência de recolhimento, dentro do prazo legal, das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, referentes à competência de dezembro de 2019, acarretando a cobrança de despesas com juros de mora, em afronta a Lei Municipal nº 284/2006, a CF/1988, a Lei nº 8.429/1992 e a Lei 9.717/1998.

É o Relatório.

4ª Secretaria de Controle Externo, Cuiabá, 07/04/2022.

*(assinatura digital)*

**Kelly Sales Ferreira**

Auditor Público Externo

